

PÁG 2

Mapeamento exclusivo das contribuições na CP 137/2022 mostra amplo apoio para abertura completa do mercado de energia

PÁG 5

No Encontro Anual do Mercado Livre, agentes mantêm expectativa com abertura completa e já pautam agenda do futuro

PÁG 9

Em reunião com Conselho de Administração da CCEE, Abraceel busca compreender motivações de proposta para ratear passivo do GSF pelos votos

PÁG 11

Associações se unem contra sugestão da CCEE de ratear passivo do GSF pelos votos

PÁG 13

Abraceel na Mídia

PÁG 15

Curtas

PÁG 21

E o Congresso?

PÁG 23

Próxima Semana



Clique ou toque no nome da seção para ir diretamente à página!

Mapeamento exclusivo das contribuições na CP 137/2022 mostra amplo apoio para abertura completa do mercado de energia

Matéria em 1 minuto:

- Abraceel apresenta detalhes do mapeamento das contribuições à CP 137/2022, que trata da abertura da baixa tensão, para o Secretário-Executivo do MME, Hailton Madureira, e equipe;
- De 55 contribuições recebidas pelo MME, 53 apoiaram o movimento de abertura integral do mercado, dos quais 15 com alguma ressalva - nenhum agente foi contrário à proposta ministerial;
- Sobrecontratação parece ser página virada – de 55 contribuições, em apenas 19 o tema foi abordado, das quais 13 indicaram que o assunto não demanda ações antecedentes.



Tempo de leitura:
2 minutos

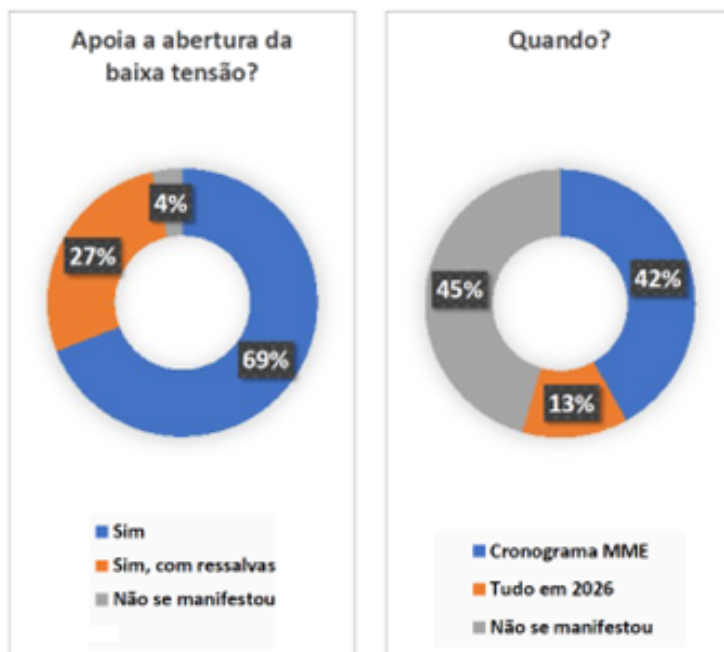
Análise exclusiva realizada pela Abraceel sobre as 55 contribuições oferecidas à Consulta Pública 137/2022 do MME, que propõe a abertura do mercado de energia em baixa tensão em duas tranches – em 2026 e 2028 –, mostra que há amplo apoio para conceder o direito de escolha de fornecedor para todos os consumidores.

Esse foi um dos destaques do mapeamento que a Abraceel apresentou ao Secretário-Executivo do MME, Hailton Madureira, e equipe, em reunião no dia 25.11.

O mapeamento mostra que, do total, 53 participantes (96%) concordaram com a abertura de mercado a todos consumidores, dos quais 15 (26% dos que emitiram opinião) concordaram, mas apontaram ressalvas em relação à proposta do Ministério. Nas duas contribuições restantes, os participantes não se manifestaram sobre o tema. Com isso, nenhum agente opinou contrariamente à abertura total do mercado brasileiro de energia.

Dos 55 agentes, 30 (55%) se manifestaram sobre o cronograma ideal para a abertura do mercado de baixa tensão – desses, 23 (77%) apoiaram o cronograma proposto pelo Ministério, em janeiro de 2026, exceto para as classes residencial e rural, que receberiam tal direito em janeiro de 2028; e 7 (23%) sugeriram que todos tenham liberdade de escolha já em janeiro de 2026, antecipando o cronograma sugerido pelo Ministério.





Um dos assuntos mais presentes no debate sobre a abertura do mercado de energia – o risco de sobrecontratação das distribuidoras – parece ser página virada no entendimento dos agentes. Das 55 contribuições, apenas 19 (35%) opinaram que esse é um tema a ser tratado quando da abertura da baixa tensão, dos quais 13 (68%) indicaram que o assunto não demanda medidas profiláticas antecipadas e apenas 6 (32%) apontaram o contrário.

Arelado à possibilidade de restar excesso de energia contratada com as distribuidoras, 30 dos 55 participantes da consulta pública (55%) opinaram espontaneamente sobre a criação de um encargo para ratear os eventuais custos dessa sobrecontratação. Dessa parcela, 13 (43%) apoiaram a instituição do encargo e 17 (57%) foram contrários.

Na mesma linha, agentes se posicionaram espontaneamente sobre a necessidade de melhorar os mecanismos regulatórios para as distribuidoras fazerem a gestão dos contratos de energia, o que permite mitigar eventuais ocorrências de sobrecontratação. Entre as 55 contribuições, 26 (47%) citaram a necessidade de aperfeiçoamento desses mecanismos.

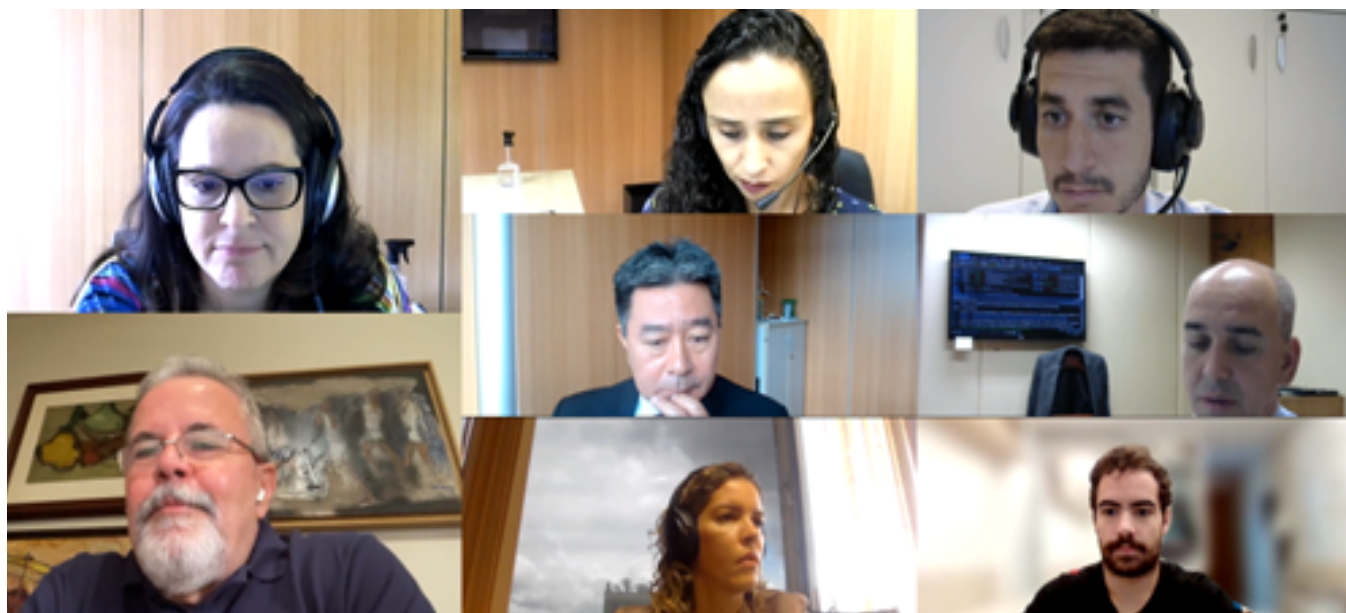
Outro assunto no cardápio de temas atrelados à abertura apareceu espontaneamente em algumas contribuições: o impacto, na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), caso os consumidores de baixa tensão possam migrar para o ambiente de livre contratação com o direito de adquirir energia de fontes renováveis incentivadas, o que permite descontos na tarifa de distribuição, assim como já têm os consumidores da alta tensão. Das 55 contribuições entregues ao MME, 25 agentes (45%) citaram o tema, dos quais 8 (32%) assinalaram que isso não representa um problema para a abertura do mercado e 17 (68%) indicaram o contrário.

Sobre a representação obrigatória dos consumidores por comercializadores varejistas, que têm o objetivo de representar os usuários finais na relação com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), 14 agentes (25%) abordaram a questão. Entre eles, 6 (43%) apoiam que os comercializadores varejistas representem obrigatoriamente os consumidores perante a CCEE e 8 agentes (57%) são contra tal obrigação, o que reflete a opinião principalmente dos Conselhos de Consumidores. Cabe lembrar que esse comando já consta da Portaria 50/2022 do MME, que estabeleceu a abertura da alta tensão.

Entre as 55 contribuições, 22 (40%) trouxeram espontaneamente manifestações sobre a troca de medidores atuais para modelos inteligentes ou mais sofisticados. Contudo, dos que se manifestaram, 16 (73%) indicaram que a troca dos equipamentos não é condicionante para a abertura.

E agora, secretário?

Após a apresentação do mapeamento das contribuições na CP 137, a Abraceel ratificou à equipe ministerial apoio para a conclusão do processo de abertura completa do mercado de energia. O Secretário Hailton Madureira, por sua vez, informou que ele e sua equipe já dialogam com a equipe de transição, apontando que a abertura de mercado é um dos temas mais importantes na modernização do setor elétrico e significa uma mudança estrutural no setor elétrico brasileiro.



Para o Secretário, foi muito importante abrir a consulta pública da baixa tensão, pois tornou mais difícil reverter esse movimento. Por fim, informou que espera concluir a análise das contribuições e o relatório final sobre a CP 137 até 10 de dezembro.

No Encontro Anual do Mercado Livre, agentes mantêm expectativa com abertura completa e já pautam agenda do futuro

Matéria em 1 minuto:

- Palestrantes frisam pertinência e benefícios de abrir o mercado de energia completamente e ressaltam “custo de não fazer nada”;
- Presidente-executivo da Abraceel resalta necessidade de visão mais ampla que busque a sustentabilidade do setor elétrico acima de interesses setoriais segmentados;
- De olho na ampliação do mercado livre, simplificação, digitalização e inovação entram na agenda de prioridades das empresas.



Tempo de leitura:
2 minutos



Fotos por Túlio Thomé - Fotógrafo oficial do Grupo CanalEnergia

Ao longo dos painéis e sessões nos quatro dias da 14ª edição do Encontro Anual do Mercado Livre, realizado entre 22 e 25 de novembro em Comandatuba, na Bahia, emergiu uma visão de futuro já presente no radar dos agentes do mercado livre de energia, que inclui a expectativa, mesmo que moderada, de novos avanços no processo de abertura do mercado ainda este ano, mas também atenção com ações preparatórias para atender um contingente de consumidores livres que tende a crescer exponencialmente. A regulamentação do comercializador varejista, supridor de última instância e agregador de cargas foi pontuada como urgência, tanto quanto a simplificação nos processos de migração, esforços na digitalização das operações e mais investimentos em inovação.



Em mensagem inaugural de vídeo aos 350 participantes do encontro, o ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, listou as medidas recentes para avançar na abertura do mercado de energia – a portaria que autorizou a migração de consumidores de alta tensão e a consulta pública para conceder o mesmo direito aos de baixa tensão – destacando que a legislação dá competência para o MME adotar tais decisões.

Em linha com posicionamentos da Abraceel, Sachsida disse que definir um cronograma para abrir completamente o mercado é importante para orientar os próximos passos das empresas e das autoridades públicas, trazendo inclusive senso de urgência para o debate do tema entre congressistas e interessados. O norte, segundo o ministro, é dar protagonismo ao consumidor, colocando-o no centro do setor elétrico, dando a todos o direito de escolher.

O presidente-executivo da Abraceel, Rodrigo Ferreira, moderador de um painel no encontro, reconheceu as recentes entregas do MME e o empenho do ministro na adoção de medidas em prol do desenvolvimento do mercado livre de energia, informando que mantém expectativa que o novo governo seguirá o caminho de avançar na abertura do mercado.

Além de pontuar aspectos importantes da agenda do ACL, Rodrigo Ferreira antecipou aos presentes que a Abraceel reforçará, a partir de 2023, as iniciativas em defesa da sustentabilidade do setor elétrico, com visão global e ampla que privilegie o mercado como um todo acima de interesses setoriais segmentados, provocando autoridades e agentes a refletirem sobre as ineficiências consequentes dos elevados subsídios existentes na área de energia.

Diogo Mac Cord, sócio e líder de Infraestrutura e Mercados Regulados na América Latina Sul da EY, apresentou pesquisa que revela o perfil e comportamento do consumidor de energia em diversos países. Ele ressaltou que a abertura do mercado traz ganhos, como redução de custos, mas também inovação, que por vez gera incrementos na produtividade – e o motor de toda essa engrenagem é a competição. Ele parabenizou os agentes de comercialização por defenderem a pauta de modernização do setor elétrico sem pleitos por subsídios.

A conselheira da CCEE Rose Santos, debatedora do painel moderado pela Abraceel, lembrou que em 2023 será o ano de obter definições para a regulamentação de figuras como o agregador de medição, comercializador varejista e supridor de última instância, três pontos importantes para aperfeiçoar o mercado livre, preparando-o para a chegada de novos consumidores.

Também presente no painel, João Carlos Mello, presidente da Thymos, ressaltou que não há impedimentos para a abertura completa do mercado de energia, opinião baseada



em estudos realizados pela consultoria, e que beneficiar o consumidor com melhores preços não pode ser alvo de ideologia. Ele criticou o atraso na abertura do mercado de energia, ressaltando que há “um custo de não fazer nada”, caracterizado pela migração de consumidores de poder aquisitivo mais elevado para o modelo de geração distribuída com elevados subsídios, o que ele chamou de política “Robin Wood às avessas”



Fotos por Túlio Thomé - Fotógrafo oficial do Grupo CanalEnergia

Alexandre Lopes, vice-presidente de Energia da Abraceel, foi moderador de painel para discutir a agenda da abertura, segurança do mercado e formação de preços, bandeiras da Abraceel. Também participaram do painel a conselheira de CCEE Roseane Santos, o diretor do ONS Alexandre Zucarato, o presidente da Cogen, Newton Duarte, e o diretor da Abeólica Sandro Yamamoto.

Na abertura do mercado, há muito o que comemorar em 2022, pois foi publicada portaria ministerial autorizando os consumidores de alta tensão a participar do ambiente de contratação livre - a maior abertura do mercado desde a criação do ACL. Ele pontou que o setor mantém perspectiva da abertura do Grupo “B” por portaria ou pela via legislativa, com a aprovação do PL 414/2021.

Sobre segurança do mercado, Alexandre Lopes informou que há perspectiva de a Aneel abrir a segunda fase da consulta pública para avançar nas regras de monitoramento do mercado, desta vez com minuta de resolução, o que é apoiado pela Abraceel de modo a ser iniciado o período sombra do monitoramento em 2023. E, sobre formação de preço, agenda essencial para a previsibilidade das operações das empresas, há um amplo trabalho com as instituições do setor para melhorar a governança, principalmente com a conclusão da Consulta Pública 43 da Aneel.

Ao comentar evoluções necessárias no mercado de energia, o vice-presidente da Abraaceel aproveitou e informou os participantes do Encontro Anual do Mercado Livre sobre o posicionamento contrário da associação para a proposta da CCEE de dar solução alheia ao regulamento vigente e retroativa para o passivo acumulado pela inadimplência referente ao risco hidrológico, apartando esse montante, atualmente em R\$ 960 milhões, e rateando-o com os agentes na proporção dos votos na Câmara.

Lopes também destacou a necessidade de alteração do atual modelo de contratação dos ACR, que encarece as tarifas ao distinguir a contratação por fonte de geração e com distinção entre energia nova e existente. “A contratação de energia do ambiente regulado deve ser realizada pelo menor preço, independentemente da fonte de geração, e com prazo de aquisição aderente às necessidades de energia das distribuidoras”, destacou.

Por fim, o vice-presidente da Abraaceel destacou a nova bandeira da associação em defesa da sustentabilidade do mercado, destacando a necessidade de revisão completa dos diversos subsídios tarifários que oneram os consumidores e distorcem e reduzem a eficiência do mercado, como as cotas de contratação para PCHs, MMGD, carvão mineral, gás natural e autoprodução, dentre outros.

Em reunião com Conselho de Administração da CCEE, Abraceel busca compreender motivações de proposta para ratear passivo do GSF pelos votos

Matéria em 1 minuto:

- CCEE afirmou que motivo da proposta, que afasta regulação vigente, é a ausência de solução jurídica para o tema até o momento;
- Abraceel entende que a solução sugerida pela CCEE para lidar com o passivo do GSF vai agravar o risco de judicialização em vez de mitigá-lo;
- Associação esclareceu aos conselheiros da CCEE posicionamento contrário à proposta e informou que se manifestará dessa maneira formalmente para a Aneel.



Tempo de leitura:
2 minutos

No dia 21.11, a Abraceel se reuniu com o Conselho de Administração da CCEE para procurar entender a motivação da proposta da Câmara para ratear o pagamento do passivo do risco hidrológico (GSF), presente e futuro, aos agentes na proporção de seus votos, conforme cartas enviadas à Aneel nos dias 30.09 e 04.11. Detalhes foram explicados no [Relatório Semanal da Abraceel](#), edição de 14 a 18 de novembro.

Rodrigo Ferreira externou a preocupação das associadas ao saberem da proposta e questionou a Câmara qual a fundamentação da mudança do critério de rateio de inadimplimentos ou não pagamento da liquidação do mercado de curto prazo por impedimentos decorrentes de decisão judicial, incluindo se houve uma ampla análise sobre isso que tenha considerado os aspectos jurídicos e regulatórios da proposta.

A CCEE apontou que o GSF é um tema que incomoda há bastante tempo, e que se aguardou a solução jurídica, que não veio. Segundo a Câmara, as avaliações foram feitas, e apesar da sensibilidade do tema, entendem que o momento é propício para enfrentar a questão.

O Conselho da CCEE, contudo, não apresentou nenhuma motivação para sua proposta de alteração da forma de rateio, nem mesmo quando confrontada pela Abraceel que tal proposta já havia sido submetida ao escrutínio dos agentes setoriais por ocasião da Audiência Pública da Aneel 50, de 2017, quando foi rechaçada por 88% das contribuições oferecidas. Os executivos da Câmara limitaram-se a dizer que essa forma de rateio é a que consideram “mais razoável”.

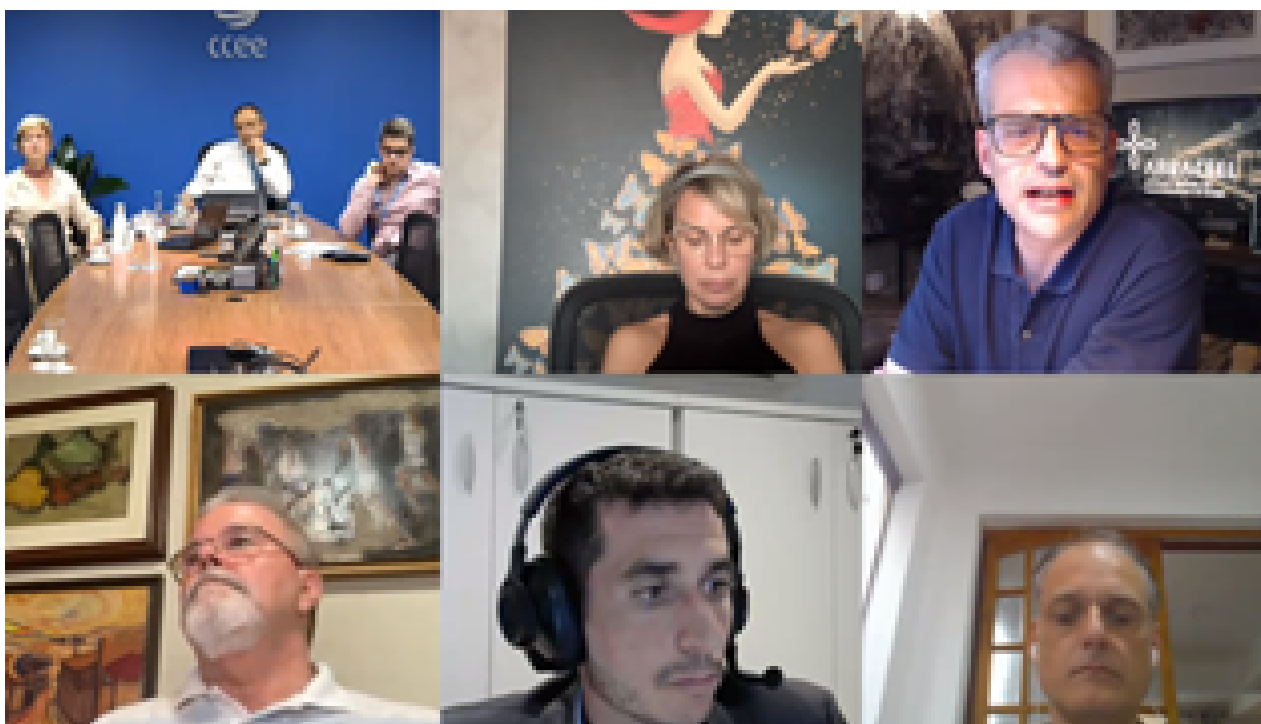
O objeto dessa AP, que não foi concluída pela Aneel, era justamente colher subsídios



para o aprimoramento da metodologia de rateio da inadimplência e da cobrança de ESS na liquidação financeira do MCP.

A Abraceel afirmou que a proposta tem potencial de agravar o problema de judicialização em vez de resolvê-lo. A CCEE apontou que o pedido feito à Aneel é, principalmente, para colocar a proposta em consulta pública, dando à agência reguladora insumos para alguma solução, ao que a Abraceel ponderou que a simples existência de uma proposta como essa já cria instabilidade no mercado, devido à realocação de riscos que pode ocorrer entre as partes no MCP.

A Abraceel finalizou a reunião informando que se posicionará de forma contrária à proposta, em carta a ser enviada à Aneel (ver matéria nessa edição do Relatório Semanal), inclusive com pareceres jurídicos, e que buscaria apoio de outros agentes para invalidar esse despautério.



Associações se unem contra sugestão da CCEE de ratear passivo do GSF pelos votos

Matéria em 1 minuto:

- Abraceel e Abiape assinaram carta se manifestando contrariamente à proposta da CCEE, pois essa imputa um cenário de alta imprevisibilidade no mercado;
- Sugestão da CCEE ameaça promover nova onda de judicialização no setor, indicam associações na correspondência;
- Abraceel e Abiape defendem que qualquer solução deve antes ser amplamente discutida com a sociedade, considerando apenas causas e efeitos prospectivos.



Tempo de leitura:
2 minutos

Abraceel e Abiape se manifestaram formalmente sobre a proposta de rateio do passivo do GSF pelos votos apresentada pela CCEE. A carta relembra que as soluções para a inadimplência do GSF em 2016 e 2020 só foram possíveis depois de intensa discussão e negociação entre as partes interessadas. Essas medidas resultaram em uma redução de mais 90% do passivo judicial. Porém, a insuficiência de recursos para a plena cobertura dos créditos dos agentes credores ainda é bastante significativa.

Assim, as associações reconhecem que a judicialização relacionada ao GSF ocasiona efeitos indesejáveis para o MCP, entre eles a degradação do sinal de preço, insegurança e falta de previsibilidade e liquidez aos participantes desse mercado. No entanto, discordam da proposta da CCEE, pois ela realoca de forma indevida o passivo do GSF, presente e futuro, com potencial risco de nova judicialização.

Devido ao caráter multilateral da liquidação financeira do MCP, as associações alertam que não há participação de todos os agentes de mercado nesse processo. Assim, a proposta da CCEE resulta na indevida alocação de custos para os agentes que mantiveram uma posição neutra na liquidação, criando ilegal subsídio cruzado entre agentes de mercado.

Outra fragilidade explicada na correspondência diz respeito à alteração da regra de rateio atrelada a um passivo vigente, o que atribuiria impactos financeiros não previstos pelos agentes, quando as regras de rateio da inadimplência eram diferentes. Tal imprevisibilidade produz sinal regulatório perverso, que resultaria em aumento de preços da energia elétrica em razão da maior percepção de riscos pelos agentes.

A carta recorda que tal proposta já foi objeto de discussão na Aneel, no âmbito da AP 50/2017, ocasião em que foi rejeitada por 88% das contribuições oferecidas à época, e que



embora as condições do passivo do GSF tenham se alterado, os fundamentos da proposta da CCEE permanecem obscuros, sem argumentos minimamente consistentes, não merecendo prosperar.

Em conclusão, a Abraceel e a Abiape apontaram que qualquer proposta de alteração da regra de rateio de valores não pagos deve ser primeiramente discutida com a sociedade por meio de consulta pública, considerando apenas causas e efeitos prospectivos. As associações entendem ser indispensável a busca por soluções estruturais, capazes de promover o engajamento voluntário dos agentes que não aderiram às soluções da judicialização do GSF.

A carta foi enviada à Aneel, juntamente com o parecer elaborado pela consultoria jurídica Julião Coelho, e pode ser [lida na íntegra](#) na área restrita do site da Abraceel, na seção Cartas.

Pareceres jurídicos confirmam fragilidade da proposta da CCEE

A consultoria jurídica da Abraceel, Julião Coelho, elaborou parecer analisando a pertinência jurídica e regulatória da proposta da CCEE. O parecer conclui que qualquer mudança nas atuais regras de alocação e rateio do passivo do GSF somente seria possível após adequada consulta pública na Aneel, sob pena de nulidade absoluta, indicando que qualquer alteração na alocação e rateio dos débitos do risco hidrológico apenas poderá alcançar inadimplências verificadas posteriormente à mudança regulamentar, sob pena de ilegal retroatividade da nova regra.

O parecer lembra que a proposta trazida pela CCEE apenas tenta resgatar mecanismo já amplamente rechaçado pelos agentes setoriais e convenientemente desconsiderada pela Aneel há anos (no âmbito da AP 50/2017). Por fim, o parecer aponta que a proposta desconsidera a relação entre quem deu causa à insuficiência de arrecadação e quem, por consequência, deve suportar os efeitos correspondentes, o que produz sinal regulatório perverso, cria subsídio cruzado entre os agentes e aumenta o risco de funcionamento do mercado. Confira o documento completo na área restrita do site da Abraceel, clicando [aqui](#).

Além do parecer do consultor jurídico Julião Coelho, a Abraceel recebeu também análise do advogado Urias Martiniano, do escritório Tomanik Martiniano, explicando conceitos do Direito e ilegalidades que sustentam a fragilidade da proposta da CCEE. Acesse a apresentação [aqui](#).

“Todavia, em que pese o objetivo da CCEE seja equacionar o impacto financeiro existente, a proposta apresentada pela Câmara, além da inobservância de diversos Princípios do Direito Administrativo, aloca de forma indevida o impacto financeiro da inadimplência para outros agentes, além de criar uma situação de favorecimento para uma classe de agentes em detrimento de outra classe”, explica. Além disso, o parecer informa que “o que se deve buscar é a solução da problemática vivenciada pelos débitos do GSF e não tratar, única e exclusivamente, os efeitos da causa raiz, mas sim tratar a própria causa raiz”. O parecer também aponta caminhos melhores para equacionar o problema, como a revisão do modelo do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e ajustes normativos para a adesão das CGHs na repactuação e na compensação do risco hidrológico.



ABRACEEL NA MÍDIA



PESQUISA MOSTRA PESO MAIOR DA CONTA DE LUZ NO ORÇAMENTO

I Valor Econômico

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



DATAFOLHA: 8 EM CADA 10 BRASILEIROS QUEREM ESCOLHER FORNECEDOR DE ENERGIA

I Canal Energia

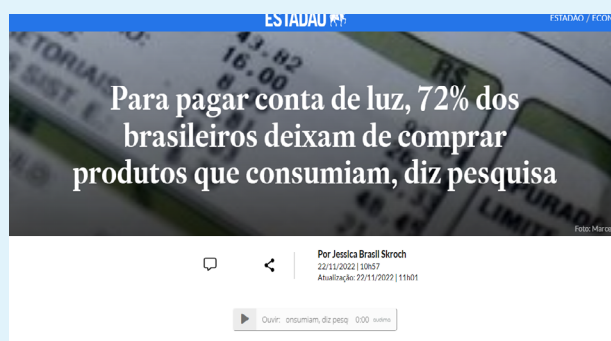
[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



PESQUISA MOSTRA PESO MAIOR DA CONTA DE LUZ NO ORÇAMENTO

I Mega What

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



PARA PAGAR CONTA DE LUZ, 72% DOS BRASILEIROS DEIXAM DE COMPRAR PRODUTOS QUE CONSUMIAM, DIZ PESQUISA

I Estadão

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)





ABRACEEL NA MÍDIA



SETE EM CADA DEZ BRASILEIROS JÁ FIZERAM CORTES NO CONSUMO PARA PAGAR A CONTA DE LUZ

I Extra

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



ABERTURA DO MERCADO DEVERÁ CONTINUAR SEU CAMINHO EM 2023

I Canal Energia

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



ABRACEEL É CONTRA A PROPOSTA QUE ESTENDE SUBSÍDIOS À GD

I Canal Energia

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



TEMAS PRIORITÁRIOS DA CCEE CONVERGEM COM A ABERTURA DE MERCADO

I Canal Energia

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)





CURTAS

Vai começar a Missão Internacional ao MIBEL!



De 28.11 a 02.12, a Abraceel e mais de 30 representantes de associadas, MME, Aneel e Congresso Nacional estarão em Portugal para conhecer aspectos do mercado ibérico de energia elétrica, conhecido como MIBEL, envolvendo Portugal e Espanha. Em paralelo, também participam da programação do EVEx Lisboa 2022 – Lisbon Energy Experience, de workshop com a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos de Portugal (ERSE) sobre o mercado de energia e de visita à EDP, sessões que vão permitir entender melhor o funcionamento do mercado varejista local.

Confirme sua presença no Coquetel Anual da Abraceel



O tradicional coquetel de confraternização da Abraceel está de volta: dia 08.12, às

19h, na Villa Bisutti Casa do Ator, em São Paulo. Por uma questão de limitação do espaço, cada empresa associada pode indicar até dois nomes até hoje (25.11), os quais estarão automaticamente confirmados. Caso haja interesse em indicar nomes suplementares, esses serão incluídos em uma lista de espera para posterior confirmação. O evento contará também com ações especiais que podem ser adquiridas pelas associadas, cujos detalhes encontram-se no e-mail enviado em 22.11. As empresas interessadas em adquirir ações especiais devem manifestar interesse até o dia 29.11, terça-feira, às 12h, cujas contrapartidas são: logotipo projetado durante o coquetel, nomes destacados na abertura do evento, logotipo nos convites e comunicados sobre o coquetel, publicação mencionando a empresa em cada rede social da Abraceel após o evento, e mais três convidados garantidos no evento. As cotas das ações especiais serão das empresas que primeiro demonstrarem interesse pelo e-mail abraceel@abraceel.com.br.

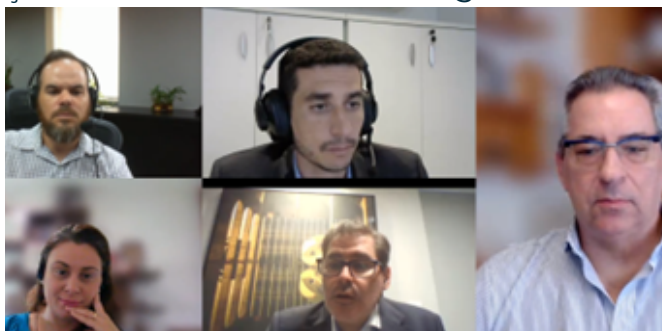
Suspensa liminar da Abrace para extinguir os limites do PLD

Reviravolta no processo que pede a extinção dos limites mínimo e máximo do PLD. Semanas atrás, houve reconhecimento de pleito da Abrace para reconhecer a ilegalidade da criação de limites mínimo e máximo para o PLD por meio de decreto. Como consequência, a União interpôs agravo de instrumento solicitando o efeito suspensivo da liminar, o que foi concedido em decisão do Desembargador Federal João Batista Moreira. Na decisão,

o Desembargador oportunizou à União “o prazo de 90 dias para que, querendo, edite nova norma regulamentadora a respeito do tema”. A [decisão pode ser lida](#) na área restrita do site da Abraceel, aba de Documentos Gerais.

Fórum do Gás buscará governo de transição para apresentar suas propostas

No dia 23.11 os integrantes do Fórum do Gás se reuniram para sua última reunião do ano. O encontro iniciou com palestra de cenário político, feita pelo diretor da Dominion, Leandro Gabiatti, que apresentou visão sobre o que esperar para o setor de gás natural pós-eleições. Em seguida, foi feita apresentação sobre transição energética e o potencial do biogás no mercado brasileiro por parte da Abiogás. Na parte deliberativa da reunião, houve avaliações sobre as emendas do PL 2.316/2022, com a decisão do Fórum atuar contra propostas que prejudiquem o desenvolvimento do mercado de gás. Também foi decidido que o Fórum busque o governo de transição para apresentar suas propostas, tendo sido reforçado que as associações também levem os pontos defendidos pelo Fórum em suas interações individuais com o novo governo.



MME elogia proposta de Pacto Nacional feita pelo Fórum do Gás para abertura nos estados

No dia 21.11, Bernardo Sicsú e a coordenação do Fórum do Gás se reuniram com o diretor de Gás Natural do MME, Aldo Júnior, e equipe, para apresentar a [proposta de Pacto Nacional](#) elaborada pelo Fórum, que tem foco nas diretrizes de harmonização regulatória estadual do gás natural. O diretor Aldo Júnior agradeceu a iniciativa do Fórum, afirmando que a proposta auxiliará na elaboração das diretrizes que estão em discussão na ANP e Comitê de Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás Natural (CMGN). Lembrou, no entanto, que o CMGN tem prazo de vigência até 31 de dezembro de 2022 e que sua extensão depende de discussão com o governo de transição, o que ainda não ocorreu. Aldo Júnior também reforçou que a equipe segue avaliando proposta de programa de desconcentração da oferta (gas release) e outras iniciativas para acelerar a abertura do mercado de gás no país.

Em palestra, Abraceel defende abertura de mercado

Em palestra, Abraceel defende abertura de mercado e protagonismo do consumidor

No dia 21.11, Bernardo Sicsú, vice-presidente de Estratégia e Comunicação da Abraceel, debateu aspectos técnicos e jurídicos da abertura do mercado, ava-

liando também o PL 414/21, em evento promovido pela OAB/DF. No painel, também estavam presentes Ricardo Marques, Secretário de Energia do MME, Luiz Eduardo Diniz Araújo, Procurador-Geral da Aneel, e Wagner Ferreira, Diretor Institucional e Jurídico da Abraceel. Na ocasião, a Abraceel explicou o histórico de abertura do mercado de energia no Brasil e defendeu a importância da liberdade de escolha do consumidor, apoiando o projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados.

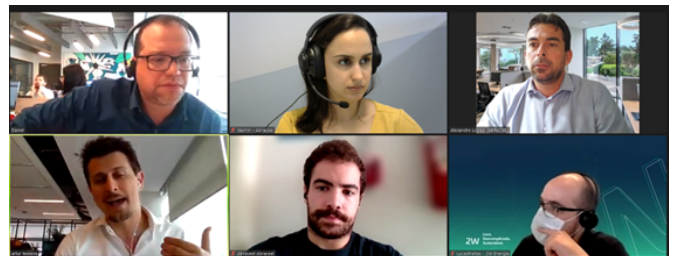
Deputado Marcelo Ramos defende revisão de encargos e subsídios no PL 414/2021

No dia 22.11, Ângela Oliveira, diretora de Relações Institucionais da Abraceel, participou da 7ª reunião ordinária do Conselho de Assuntos Legislativos da CNI, que serviu para debater pautas em tramitação no Congresso Nacional. Um dos assuntos tratados foi o PL 414/2021, abordado pelo deputado federal Marcelo Ramos (PSD-AM), que opinou ser necessário promover revisão dos encargos setoriais e subsídios.

Abraceel debate sugestão para aperfeiçoamento no varejista

No dia 21.11 a Abraceel se reuniu com a associada 2W Energia para discutir questões relacionadas à comercialização varejista no cenário da abertura da alta tensão. Na ocasião, a empresa externou preocupações acerca do modelo atual, especificamente a possibilidade de consumidores inadimplentes poderem migrar para outro representante sem entraves regu-

latórios. Com representação obrigatória por varejista para consumidores com demanda inferior a 500 kW - comando da Portaria 50/2022 - , situações como essa podem se tornar mais frequentes, se não for dado o devido tratamento regulatório. A associada sugeriu que as comercializadoras possam decidir não aceitar clientes com inadimplência em outras empresas, criando uma espécie de “cadastro positivo”. A Abraceel lembrou que propôs em 2021 à Aneel aperfeiçoamentos para o funcionamento do comercializador no varejista, entre eles a trava para que consumidor inadimplente só possa ser aceito por outro varejista, distribuidora ou representação própria na CCEE caso apresente certificado de adimplência. A Abraceel comentou sobre a expectativa de consulta pública sobre esse assunto e que o Grupo Técnico pretende se reunir para alinhamento e atualização da proposta.



Em reunião na CNI, Abraceel defende revisão da política de subsídios no setor elétrico

No dia 23.11, Bernardo Sicsú participou da reunião do Coinfra, quando debateu a evolução dos encargos setoriais no setor de energia elétrica. Após explicar que há crescimento desenfreado dos subsídios, que prejudicam o desenvolvimento do setor, o executivo da Abraceel defendeu que políticas públicas devem ser custeadas pelo orçamento da União, com fiscalização rigorosa, e reforçou que todos os

subsídios devem ser justificados e constantemente analisados, verificando-se permanentemente a pertinência da sua manutenção. Por fim, enfatizou a importância da liberdade de escolha dos consumidores na busca por energia mais barata e serviços adaptados à necessidade de cada um, bem como da abertura do mercado como mecanismo para pressionar os formuladores de políticas públicas e o Congresso Nacional contra a aprovação de novos subsídios e custos para o consumidor de energia.

Abraceel debaterá sobre o mercado livre e oportunidades para comercializadoras



06.12 ENCONTRO ONLINE
09h00 às 10h30 | Através do Zoom

MERCADO LIVRE DE ENERGIA
Novas oportunidades e desafios para as Comercializadoras e a importância do cliente no centro

Speakers:
 - Maurício V. Sant'Anna (Sócio-Fundador, ecom)
 - Rodrigo Faria (Presidente Executivo, ABRACEEL)
 - Marcos Viana (Engenheiro de Soluções - Energy & Utilities, Enxerga)
 - Ricardo de Lima (Executivo - Energy & Utilities, Enxerga)

Topics:
 - Digitalizando o processo de aquisição de novos clientes e migração do ambiente regulado para o livre;
 - Acelerando os processos de negociação de contratos de energia de curto e longo prazo;
 - Evoluindo processos e tecnologias que aprimorem a experiência dos clientes e equipes internas;
 - Além do commodity: flexibilidade e agilidade na criação e lançamento de novos produtos e serviços.

Patrocinador: **salesforce**

No dia 06.12, às 09h, via Zoom, o WTC, em parceria com a Salesforce e a Abraceel, realizará evento online sobre mercado livre de energia, com discussões sobre oportunidades e desafios para as comercializadoras e a importância do cliente no centro da tomada de decisões. Alguns temas

a serem abordados envolvem a flexibilidade e agilidade na criação e lançamento de novos produtos e serviços, a evolução dos processos e tecnologias que aprimorem a experiência dos clientes e equipes internas, a digitalização do processo de aquisição de novos consumidores, migração do ambiente regulado para o livre e aceleração dos processos de negociação de contratos de energia de curto e longo prazo. As inscrições estão abertas. As vagas são limitadas e sujeitas a confirmação pelo [link](#).

TAG divulga informações do processo de contratação de capacidade para 2023

A oferta do serviço extraordinário anual de Transporte de Gás Natural da TAG para o próximo ano já está disponível para contratação no Portal de Oferta de Capacidade. Para a contratação de capacidade, os carregadores deverão estar cadastrados e habilitados pelo portal, solicitar e assinar o contrato master vigente com a TAG para 2023, solicitar a capacidade, apresentar as garantias e assinar o contrato de transporte. O período para solicitação e celebração do contrato será de 16 a 25 de novembro. Para mais informações, clique [aqui](#).

Energy Week: líderes vão debater inovação, transição energética e cenário global

A VII Semana de Energia, organizada pela Organização Latino-Americana de Energia (Olade), a Secretaria Nacional de Energia do Panamá e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a colaboração da EnergyNet, acontecerá de 12

a 16.12 no Panamá. Entre os palestrantes, estarão presentes o Secretário-Geral do Fórum Internacional de Energia (IEF), Joseph McMonigle, o Chefe da Divisão de Energia do BID, Marcelino Madrigal, o Diretor-Geral da Agência Internacional de Energia Renovável (IRENA), Francisco La Camera, o Secretário Nacional de Energia do Panamá, Jorge Rivera, a Subsecretária Nacional de Energia do Panamá, Rosilena Lindo, o Secretário Executivo da Olade, Alfonso Blanco, e a Presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), Elbia Gannoum, entre outros. Associadas da Abraceel têm desconto, bastando entrar em contato com Debora Silva, pelo e-mail debora@energynet.co.uk ou pelo telefone +44 (0) 755 186 5256. Mais informações estão na [página do evento](#).

Abraceel se reúne com Central Energia

No dia 21.11, Bernardo Sicsú e Yasmin Oliveira se reuniram com o representante da Central Energia, João Paulo Haddad, para discutir a agenda do mercado livre e a possibilidade de melhorarias no processo de auditoria de balanços.

Abraceel explica agenda do mercado livre em evento do Itaú

No dia 23.11, Frederico Rodrigues, Vice-Presidente Executivo da Abraceel, participou do Painel Associações de Energia, promovido pela associada Itaú, para debater a agenda do mercado neste momento de transição política, as perspectivas das renováveis para o próximo ano, bem como

da tramitação das propostas de reforma do modelo comercial em andamento no MME e no Congresso Nacional. Estiveram presentes também, Elbia Gannoum, Presidente da Abeeólica, e Camila Ramos, Vice-Presidente de Financiamento integrante do Conselho de Administração da Absolar.

CP de importação busca tornar aceite de ofertas mais restrita para os comercializadores

No dia 18.11, foi aberta a Consulta Pública 142 pelo MME, que debate a minuta de Portaria sobre as diretrizes para a importação de energia elétrica interruptível sem devolução, a partir da Argentina e do Uruguai. A NT destaca que com a Portaria 339/2018, os intercâmbios regionais ganharam lógica comercial, em substituição às trocas na modalidade swap que aconteciam antes. Tal Portaria possibilitou a atuação dos comercializadores no processo, que têm o papel fundamental de capturar informações de preço nos países vizinhos, de forma a prover efetividade operacional e liquidez econômica ao processo. Desde 2018, o MME autorizou 54 comercializadoras a realizarem importação, mas apenas 3 realizaram operações. Além disso, de janeiro de 2019 a fevereiro de 2022, foi pago um total de R\$ 3,46 bilhões a esses agentes comercializadores, como remuneração à energia elétrica importada. Buscando ampliar a concorrência e reduzir o domínio e influência no direcionamento dos preços, o MME sugere a introdução de restrição para realização da importação apenas na existência de benefício econômico míni-

mo, no valor de 5%, referente à margem percentual positiva entre o valor do CVU da usina termelétrica cujo despacho seria substituído pela importação de energia elétrica e o preço da referida importação. Tal alternativa torna as condições de aceite de oferta mais restritas para os comercializadores. Buscando subsidiar a contribuição da Associação na CP, o Grupo Técnico irá se reunir no dia 29.11, às 14h30. O prazo de contribuições à CP é de 15 dias, até 04.12.

Aneel define sobrecontratação de GD e CDE 2023

No dia 29.11, a Aneel irá deliberar em reunião pública ordinária da Diretoria Colegiada sobre os seguintes itens: (i) resultado da CP 31/2022, que regulamenta os dispositivos no Marco Legal da GD que tratam da sobrecontratação involuntária e da venda de excedentes; e (ii) abertura de CP para aprimorar a proposta de orçamento anual da CDE 2023.



Abraceel se reúne com deputado que está no grupo de energia da equipe de transição

Em reunião com o deputado Odair Cunha (PT-MG), a Associação destacou a importância de avançar definitivamente na permissão para os consumidores de energia terem liberdade de escolha, medida que consta no PL 414/2022, e criticou o avanço dos subsídios da MMGD, em discussão no PL 2703/2022. Junto com o deputado Carlos Zarattini (PT-SP), Odair Cunha está designado como integrante do grupo técnico de minas e energia da equipe de transição.



O deputado pontuou que é importante que as mudanças propostas no PL 414/2021 pela Câmara dos Deputados estejam alinhadas com o Senado Federal, para que também sejam aprovadas lá. Também destacou que o calendário está desafiador, porque um projeto como o PL 414 exige que o novo governo esteja ciente da discussão. Lembrou que o PL 1917/2015, que ainda aguarda deliberação na Câmara, poderia também avançar na tramitação.

Em complemento, ouviu-se o coordenador do Grupo Técnico de energia da transição, Mauricio Tolmasquim, declarar que se deve aguardar o próximo governo para tomar as medidas estruturais necessárias.



Em evento organizado pela frente parlamentar liderada pelo senador Jean Paul Prates (PT-RN), Tolmasquim mencionou que o relatório do grupo de transição deve ser divulgado no dia 11.12. É provável que até a data não sejam definidas medidas estruturantes para o setor.

Aumento do subsídio à GD fica para a próxima semana – é possível que o projeto que estende o subsídio à geração distribuída seja deliberado na próxima terça (PL 2703/2022). Apesar de ter sido divulgada sua deliberação na última quarta, dado que a urgência na sua tramitação havia sido aprovada no dia anterior, a matéria não é um consenso, o que dificultou a votação. Resta saber se ficará na expectativa ou se há força política para deliberar a matéria. A [Aneel já alertou](#) o novo governo e a sociedade sobre os impactos nas tarifas.

 **PRÓXIMA
SEMANA**

28.11 a 02.12 – Em Portugal, Abraceel realiza Missão Internacional ao Mercado Ibérico da Energia Eléctrica (MIBEL) e participa do EVEx Lisboa 2022 – Lisbon Energy Experience.

29.11 - Terça-feira: Grupo Técnico se reúne para discutir a CP MME 142 sobre importação de energia a partir da Argentina e Uruguai, às 14h30.

30.11 - Quarta-feira: Abraceel participa de reunião de interação com as associações, promovida pela CCEE, para apresentação da contribuição para a modernização do ACR, às 15h;

Abraceel participa do Workshop de apresentação dos resultados das Previsões de Carga para o Planejamento Anual da Operação Energética – PLAN 2023-2027, promovido pela EPE e ONS, às 15h;

Abraceel acompanha reunião do GT GEOS do CT PMO/PLD em que será discutida a previsão de geração eólica para o primeiro mês operativo, às 15h;

Abraceel se reúne com a Superintendência de Regulação dos Serviços de Geração (SRG) da Aneel para apresentar aspectos da contribuição da Associação à CP 43/2022, sobre governança na formação de preços, às 16h.

01.12 - Quinta-feira: Abraceel participa da comemoração dos 25 anos da Aneel, às 15h, em Brasília.